



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho Normativo n.º 45/97

Considerando que a distribuição de recursos no Serviço Nacional de Saúde deve ser realizada num contexto de articulação entre os níveis nacional, regional e sectorial e obedecer a critérios uniformes, alicerçados em princípios de equidade e eficiência, moldados pela estratégia de mudança em curso;

Considerando que uma das linhas fundamentais de mudança consiste em articular a política de recursos e o plano de investimento com os objectivos estratégicos, através de um processo de contratualização que oriente a produção de cuidados de saúde e contribua para garantir os melhores resultados;

Considerando que a metodologia de afectação de recursos deve constituir-se em instrumento que promova a reorientação do sistema em conformidade com as prioridades definidas;

Considerando que às administrações regionais de saúde está cometido vasto conjunto de competências em matéria de planeamento, distribuição de recursos, orientação e coordenação de actividades e gestão de recursos humanos, que devem ser plenamente assumidas;

Considerando que o indispensável controlo do crescimento das despesas de saúde passa pela necessária harmonização, interligação e concertação de procedimentos das instituições envolvidas e pela crescente responsabilização de todos os serviços intervenientes, numa

óptica de funcionamento progressivo em unidades funcionais de saúde;

Considerando, por último, que a já referida estratégia de mudança passa decisivamente pela introdução de instrumentos de contratualização e de separação progressiva entre financiador e prestador, através da instalação e desenvolvimento das agências de acompanhamento dos serviços de saúde, como garantes de que a produção dos serviços de saúde é optimizada face aos recursos públicos atribuídos e compatível com os novos padrões de necessidades de saúde e expectativas dos cidadãos utentes;

Determino, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro, 1.º do Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro, 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, e 3.º do Decreto-Lei n.º 19/88, de 21 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 202/89, de 22 de Junho, que a distribuição de recursos financeiros, humanos e tecnológicos no Serviço Nacional de Saúde seja efectuada, para o ano de 1998, de acordo com as seguintes normas:

1 — A elaboração do orçamento do Serviço Nacional de Saúde deve orientar-se para a obtenção de ganhos em saúde e promover a equidade e a eficiência, económica e técnica, do sistema, incluindo a racionalização da utilização dos recursos e o melhor controlo dos gastos.

2 — A distribuição de recursos deve respeitar os objectivos definidos nos planos estratégicos, a nível nacional e a nível regional, por forma a garantir uma distribuição equilibrada dos recursos pelo País, em função dos objectivos nacionais da política de saúde e das características e necessidades das populações.

3 — A distribuição de recursos deve basear-se numa correcta articulação entre o desenvolvimento dos serviços de saúde, a resolução dos principais problemas de acessibilidade e as decisões de investimento, numa perspectiva de associação entre os recursos e os resultados obtidos pelos serviços de saúde.

4 — Nestes termos, a metodologia de distribuição de recursos financeiros deve ser a seguinte:

- a) A atribuição de recursos para programas verticais e outras iniciativas de âmbito nacional é estabelecida a nível central;
- b) A atribuição de recursos ao nível regional efectua-se sob a orientação das administrações regionais de saúde, num primeiro momento, a partir de uma base histórica, mas desde já corrigida e evoluindo para modelos de capitação ajustada, de acordo com os indicadores representativos e actuais da realidade e diversidade regionais, em adequação à estratégia regional;
- c) A distribuição de recursos a cada estabelecimento de saúde deve assumir tendencialmente uma natureza contratualizada, a partir de metas de produção de cuidados de saúde, com vista à máxima mobilização da capacidade instalada, a concretizar através de orçamentos/programa negociados e aprovados, com base em critérios técnicos orçamentais definidos pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde;
- d) A negociação dos orçamentos/programa é desenvolvida em sede das agências de acompanhamento dos serviços de saúde, em articulação com a Direcção-Geral da Saúde, o Instituto de Gestão Informática e Financeira e o Departa-

mento de Recursos Humanos da Saúde, que, no âmbito das suas competências, devem assegurar uma participação activa.

5 — O orçamento de investimentos (PIDDAC) deve ser preparado, de acordo com as instruções da Direcção-Geral da Saúde, no quadro dos seguintes princípios:

- a) Respeito pelos planos estratégicos nacionais e regionais aprovados;
- b) Coerência com a prática implementada em matéria de financiamento da exploração e de política de recursos humanos;
- c) Tipificação dos investimentos, acompanhada de normas específicas para cada tipo de projecto;
- d) Distribuição regional dos recursos, numa base indicativa;
- e) Definição, por região, dos equipamentos de tecnologia pesada, segundo critérios obtidos em sede de Carta de Equipamentos e definida a localização específica, de acordo com o orçamento/programa para garantia de utilização adequada.

Ministério da Saúde, 11 de Julho de 1997. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Despacho Normativo n.º 46/97

Considerando que a estratégia de mudança em curso para o Serviço Nacional de Saúde visa colocar o cidadão no centro do sistema, cabendo-lhe um papel insubstituível, não só na promoção da sua saúde e da comunidade, como também no adequado desenvolvimento e utilização de serviços de saúde;

Considerando que o pleno exercício dos direitos e responsabilidades do cidadão passa necessariamente pela criação dos adequados instrumentos propiciadores de um maior envolvimento dos utentes no sistema de saúde português;

Considerando que a missão da agência visa explicitar as necessidades e defender os interesses dos cidadãos e da sociedade no sentido da aplicação judiciosa dos recursos disponíveis e prestação de cuidados de saúde, com vista à máxima eficiência e equidade, numa perspectiva de reforço, das unidades funcionais de saúde;

Considerando que a função da agência possibilita também a indispensável interacção dos cidadãos com os serviços prestadores de cuidados de saúde e a individualização de uma compreensão mais clara das unidades de saúde, por via do acompanhamento e avaliação do desempenho e da disseminação da informação dela resultante;

Considerando que esta função, devidamente enquadrada no vasto conjunto de competências descentralizadas para as administrações regionais de saúde, implica uma correcta diferenciação das suas competências de gestão estratégica e propicia não só uma mais clara distinção, ao nível operativo, das funções de financiador e prestador do Serviço Nacional de Saúde mas também uma mais transparente articulação entre elas;

Considerando igualmente que esta função constitui um dos instrumentos para execução da estratégia regional de saúde, veiculada por um processo de contratualização centrado numa efectiva melhoria da comunicação entre o financiador e o prestador;

Considerando, por último, que a função da agência acolhe a representação dos pontos de vista do cidadão,

através da articulação permanente com as autarquias, organizações do consumidor, instituições de solidariedade e mesmo organizações profissionais, o que contribui para a transparência da administração, particularmente no esforço de combater os desperdícios, conseguir uma estreita e eficaz colaboração entre a administração central, local e as instituições da sociedade civil organizada e alcançar ganhos em saúde, acesso e controlo de gastos;

Determino, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro, e dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, que a instalação e funcionamento das agências de acompanhamento dos serviços de saúde junto das administrações regionais de saúde seja efectuada de acordo com as seguintes orientações:

1 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde (AASS) constitui uma instância de intervenção no sistema, na qual estão representados o cidadão e a administração e onde se congrega a informação necessária visando garantir a satisfação das necessidades e das preferências dos utentes.

2 — A missão da agência de acompanhamento dos serviços de saúde consiste em explicitar as necessidades de saúde e defender os interesses dos cidadãos e da sociedade, com vista a assegurar a melhor utilização dos recursos públicos para a saúde e a máxima eficiência e equidade nos cuidados de saúde a prestar.

3 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde desenvolve as seguintes funções:

- a) Participar na previsão de necessidades em cuidados de saúde para as quais há que garantir respostas adequadas;
- b) Produzir e divulgar informação sobre os serviços de saúde e promover a utilização desses conhecimentos pela administração e pelos cidadãos;
- c) Incorporar na reorientação do sistema de saúde a opinião dos cidadãos;
- d) Acompanhar o desempenho das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde na resposta àquelas necessidades;
- e) Participar gradualmente no processo de atribuição/distribuição de recursos financeiros pelas instituições de saúde da região, através de modelos de contratualização de prestação de cuidados de saúde;
- f) Participar na celebração de acordos e convenções com entidades privadas e instituições privadas de solidariedade social para a prestação de cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde;
- g) Participar na celebração, no acompanhamento e na revisão de contratos de gestão de serviços públicos com entidades privadas;
- h) Avaliar os ganhos em saúde e bem-estar obtidos com os recursos financeiros gastos.

4 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde é constituída por um corpo técnico pluridisciplinar indigitado pelo conselho de administração das administrações regionais de saúde e por representantes dos utentes, devendo desenvolver a sua actividade em consulta sistemática e recíproca com as autarquias locais, as organizações de consumidores, as associações de doentes, as instituições de solidariedade social, as organizações profissionais, etc.

5 — O funcionamento da agência de acompanhamento dos serviços de saúde deve ser objecto de regu-